



---

ARTIGOS - ARTICLES

---

## História das Relações Internacionais do Brasil: uma aventura metodológica

Adilson Franceschini<sup>1</sup>

Professor de Relações Internacionais e Administração  
[ceschiniaula@gmail.com](mailto:ceschiniaula@gmail.com)

Como citar este artigo: FRANCESCHINI, Adilson. "História das Relações Internacionais do Brasil: uma aventura metodológica", *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº10, pp. 111-126. 2020. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa

**Resumo:** O campo de estudo da História das Relações Internacionais apresenta evolução e dinâmica próprias que precisam ser revisitadas. Nesse logo processo, podem ser observados a ascensão e o declínio da história nacionalista do século XIX, os fundamentos teóricos e os caminhos institucionais da hegemonização da *École des Annales* e, em uma dinâmica quase que paralela, as resistências para a formação e institucionalização da História das Relações Internacionais. Precursores desta última, Pierre Renouvin e Jean Baptiste Duroselle estabeleceram as bases do senso epistemológico da disciplina. No Brasil, Amado Cervo ampliou esses termos ao desenvolver ferramentas metodológicas para abordar e sustentar a inserção internacional brasileira de forma autônoma. Esses movimentos no tabuleiro do estudo e ensino das Relações Internacionais são importantes para que professores, pesquisadores, tomadores de decisão e estudantes não venham a reproduzir a cronologia dos eventos do Estado mascarada de História das Relações Internacionais.

**Palavras-chave:** Teoria da História das Relações Internacionais; Pierre Renouvin; Amado Cervo.

---

<sup>1</sup> Professor de Relações Internacionais e Administração; Doutor em História Social – USP - 2014; Mestre em Ciência Política – USP - 2003; Bacharel em Relações Internacionais – UnB – 1999; e, Graduado em Ciências Náuticas – EFOMM – RJ – 1991. Email: [ceschiniaula@gmail.com](mailto:ceschiniaula@gmail.com) Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0990324129712854>

*History of International Relations in Brazil: a methodological adventure*

**Abstract:** The field of study of the History of International Relations has its own evolution and dynamics that need to be revisited. In this long process, the rise and decline of nationalist history of nineteenth century, the theoretical foundations and the institutional paths of the hegemonization of *École des Annales* and, in an almost parallel dynamic, the resistance to the formation and institutionalization of the History of International Relations can be seen. Precursors of the latter, Pierre Renouvin and Jean Baptiste Duroselle laid the epistemological bases of discipline. In Brazil, Amado Cervo expanded these terms by developing methodological tools to approach and sustain Brazilian international insertion autonomously. These movements on the board of the study and teaching of International Relations are important so that teachers, researchers, decision makers and students do not come to reproduce the chronology of State events masked as History of International Relations.

**Keywords:** Theory of History of International Relations; Pierre Renouvin; Amado Cervo.

A formação do campo de estudo da História, com a sistematização de um conjunto de autores, obras, temas, referências a métodos e formas de abordagem, não pode passar despercebida por aqueles que assumem a responsabilidade de fazer, pesquisar e ensinar a História. Tal preocupação precisa ser o pano de fundo da atividade do historiador. De fato, é com alguma noção das dimensões que levaram à formação do seu campo de estudo que o historiador poderá pensar suas ações e consequências para os estudantes e para a sociedade em geral, à medida que a apreensão do seu discurso, seja na versão oral ou na versão escrita, implicará bases referenciais para as decisões futuras dos ouvintes e dos leitores. No campo da História das Relações Internacionais, essas considerações são definitivas para que seus operadores não caiam na armadilha ingênua de certas credulidades acerca da história política episódica, da cronologia dos eventos do Estado e de suas racionalidades, transformando a História das Relações Internacionais em um mero conjunto de fatos justapostos no tempo. Por tais razões, vale a pena rememorar sua origem e evolução.

No século XIX, os gêneros do fazer histórico eram diversos. Desde os tempos mais antigos, de Heródoto e Tucídides, crônicas, memórias, testemunhos, tratados, entre outros, compuseram o rol de fontes que serviram aos historiadores de base para seu ofício. Entretanto, apesar da diversidade de gêneros, era indubitável

que a narrativa dos acontecimentos políticos e militares tivesse grande proeminência, relatando a história dos líderes militares, dos reis, barões e aristocratas (BURKE, 1997, 1997, p. 17). Todavia, naquele século, as considerações acerca da história política ganharam outra dimensão, e até mesmo, outra natureza. A consolidação dos Estados e a organização de seus documentos em arquivos chamaram a atenção do historiador alemão Leopold von Ranke (1795-1886). Mesmo não sendo seu interesse *a priori* a narrativa política, suas observações acerca do documento como fonte da história e sua proposta de método impactaram as gerações de historiadores que se formavam em toda a Europa, conferindo ao documento o *status* de verdadeiro objeto da ciência histórica (BURKE, 1997, 1997, p. 18). Além do mais, o século XIX marcou o triunfo da ciência da natureza, revestida de objetividade, de método, reconhecido e aceito em sua prática, e, por conseguinte, por ser ciência, afastando qualquer forma de juízo moral sobre o objeto estudado. Daí decorreu o desejo dos historiadores de encontrar um objeto de análise sobre o qual pudessem exercer a prática histórica nos mesmos moldes das ciências naturais.

Assim, buscando realizar o desejo de fazer da história uma disciplina científica, tal qual as ciências da natureza, ou seja, apontando um objeto de estudo externo ao sujeito, os historiadores daquela época deram notoriedade ao documento. Todavia, na construção e adoção de procedimentos metodológicos, mergulharam em um empreendimento de aprimoramento e, sobretudo, de apologia das narrativas acerca do Estado e da política. Dessa forma, o resultado da ascensão do documento como objeto da história implicou a marginalização de práticas historiográficas que não tinham por fundamento as narrativas extraídas da interpretação daquela fonte. Em outras palavras, com o tempo, deu-se o alijamento das formas de história não política pelo fato de não atenderem às supostas exigências científicas.

No âmbito desse processo, as revistas de produção histórica na Europa foram inundadas pelo tema do Estado. É o caso das revistas na Inglaterra e na França, cujas publicações, ao final do século XIX, concentravam-se na história dos eventos políticos. A *English Historical Review*, por exemplo, em seu primeiro volume, lançado em 1886, apresentou prefácio que não deixava dúvida quanto ao seu conteúdo: política e Estado (BURKE, 1997, 1997, p. 18). O mesmo deve ser comentado da francesa *Revue Historique*, lançada em 1876, que, ao mesmo tempo, participando das disputas políticas entre monarquistas e republicanos, fazia não só a

apologia destes, mas, ainda, propunha-se a desenvolver “uma ‘ciência positiva’ para escapar do subjetivismo” (DOSSE, 2003, pp. 58 e 59).

Esse longo processo do século XIX não pode ser explicado sem levar em conta a profissionalização do historiador. Como efeito direto da Revolução Francesa, a institucionalização da educação pública e gratuita demandava historiadores, pesquisadores e professores, os primeiros para criar os compêndios de história da França e os segundos para ensiná-la aos jovens. O financiador de tal empreendimento era o próprio Estado francês. “No século XIX, o Estado facilita as pesquisas ao financiar numerosas instituições históricas. Assim, aumenta o número de historiadores remunerados, funcionários do Estado” (DOSSE, 2003, p. 57). O historiador Charles Carbonell (1930-2013) foi mais enfático quanto a esse processo: “o próprio Estado torna-se historiador” (CARBONELL *apud* DOSSE, 2003, p. 57).

No que diz respeito às preocupações entre nacionalismo e Estado, vale a pena registrar o papel do historiador na arquitetura da imbricação desses dois fenômenos, pois teve como missão cívica

[...] reconciliar a nação, superar as clivagens nascidas da Revolução de 1789 para legitimá-la e instituí-la como fundadora de tempos novos, aliás, tempos esses em que as contradições, os conflitos desaparecem por detrás da concretização das aspirações do povo reunificado (DOSSE, 2003, p. 57).

Assim, à medida que o objeto histórico foi ganhando seu contorno e definição, alavancado pelas demandas do próprio Estado na construção de suas representações e simbologias nacionais, fez-se necessário, então, um método, ou seja, a descrição pormenorizada dos procedimentos a serem adotados ao abordar o documento. No caso da França, a idealização do método como elemento credenciador da prática científica foi concebida pelos historiadores Charles Langlois (1863-1929) e Charles Seignobos (1854-1942) que, em 1898, redigiram o manual *Introduction aux études historiques*, cujo conteúdo não só foi difundido e amplamente recebido pelas escolas francesas, mas também o levou a se tornar o “texto-manifesto da escola metódica”, transformando a história em ferramenta de “instrução cívica” (DOSSE, 2003, p. 62). As impressões do próprio Seignobos acerca do evento político permitem entender a função patriótica do ensino da história, o qual se tornará perigosamente proeminente no amanhecer do século XX: “os acontecimentos são bons instrumentos da educação cívica, instrumentos mais eficazes do que o estudo das instituições” (SEIGNOBOS *apud* DOSSE, 2003, p. 62). Logo se vê que história política,

identidade nacional, interesse do Estado são fenômenos que foram caminhando *pari passu* com a formação da história como campo de estudo, e que deram os parâmetros para a constituição dos sentimentos e das mentalidades nacionais.

Entretanto, a função cívica da história só teria de fato seu papel definido e alcançado adequadamente, se tivesse um manual a ser utilizado pelos professores na educação das vindouras gerações de alunos. Um manual em que fossem tratadas as glórias nacionais, o papel dos soldados, o derramamento do sangue patriótico na construção das instituições francesas, ou seja, os itens que deveriam ser devidamente ensinados para os alunos, futuros soldados cidadãos. Tal empreendimento foi realizado pelo historiador Ernest Lavisse (1842-1922), refletindo em grande medida seu desgosto pelos resultados da Guerra Franco-Prussiana (DOSSE, 2003, p. 64). Seus livros, *Histoire de France* e sua versão reduzida, *Petit Lavisse*, redigidos nos primeiros anos do século XX, eram carregados de apologia e de sentimento cívico-nacional, comprovados no prefácio de sua última edição, onde Lavisse informa o leitor do papel da história na construção do espírito nacional.

Se o aluno não carregar consigo a lembrança viva de nossas glórias nacionais, se não souber que seus ancestrais combateram em mil campos de batalhas por causas nobres; se não aprender que custou sangue e esforços fazer a unidade de nossa pátria e em seguida resgatar do caos nossas instituições envelhecidas, as leis que nos fizeram livre; se ele não se tornar o cidadão compenetrado de seus deveres e o soldado que ama seu fuzil, o professor primário terá perdido seu tempo (LAVISSE apud DOSSE, 2003, p. 64).

Não há dúvida de que os termos e procedimentos para a edificação da atmosfera intelectual, do contexto das ideias, a partir da qual decorrerão as referências discursivas para o plano das ações concretas, foram desenvolvidos dentro de um clima de sentimento cívico-patriótico. Primeiro foram as revistas, em seguida, o método e os protocolos de pesquisa, e, na etapa final, gloriosamente, vieram os manuais de ensino. Dessa forma, cada vez mais, pesquisadores e professores de história se inclinaram para a história política, baseada na narrativa de eventos cuja cronologia é representação idealizada da evolução e triunfo do Estado-nação. Os apontamentos de François Dosse acerca desse período do fazer a história advertem para suas consequências. “*Sob a grande quantidade de arquivos do historiador, a bandeira tricolor. A história do fim do século XIX e do início do século XX serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*” (DOSSE, 2003, p. 60). Visivelmente, o autor sugere que o

desenvolvimento da “*ciência histórica*”, nacionalista, documental e cronológica, ocupou dimensão importante na causação da Primeira Guerra Mundial.

Diante de tais constatações, vale a pena pensar as palavras de Robert Cox (1926-2018), ao dizer que “*theory is always for someone and for some purpose*” (COX, 1981, p.128). Algumas vezes o propósito da teoria pode ser desconhecido e incerto, só sendo percebido e notado adequadamente *ex post*, ou seja, depois que os efeitos do conjunto de recursos lexicais dessa teoria, muito bem disseminados entre professores, pesquisadores, homens de Estado, estudantes e pessoas em geral, alcançaram efetivamente a sua ocorrência, alterando drasticamente o curso da vida, para o bem ou para o mal. É o caso do positivismo nacionalista por trás da história política e metódica na Europa do século XIX. Embora seus operadores pensassem estar fazendo ciência propriamente, desenvolvendo reflexões que, em seu juízo, ajudariam as pessoas e os governantes a tomarem as decisões corretas para o bem geral da nação, seus efeitos foram devastadores no início do século XX. A situação vivida durante e depois da Primeira Guerra Mundial levou alguns historiadores, ao sentirem na própria pele suas consequências, a buscarem formas de superar a prática historiográfica dominante.

Entretanto, a teoria enquanto ideia, espaiada nas mentalidades, não é imediatamente abandonada, apesar dos seus efeitos sombrios. Na verdade, o plano das mentalidades e das identidades tem sua própria historicidade quando cotejado com o plano das experiências. A crença ingênua na expressão da ciência declina da obrigação de autocrítica, mergulhando na ilusão da verdade científica. A assunção da verdade ilude o crédulo, imputando o equívoco no objeto e não no sujeito. Este, ou seguro de haver encontrado a verdade e a forma válida de argumentar, ou pela necessidade de subsistir materialmente a partir da atividade de pesquisador e professor, ou, ainda, em função dos limites etimológicos estabelecidos pelos conceitos, mantém a prática em uma reprodução mecânica, e, assim, os procedimentos e os padrões comportamentais perduram, apesar dos resultados danosos na experiência vivida.

Dessa forma, a narrativa da política nacional, a história episódica, persistiria mesmo no pós-Primeira Guerra. De maneira que, na primeira metade dos anos vinte, dois terços dos artigos da *Revue Historique* ainda enfocavam temas ligados ao “*biográfico, político ou militar*”, dos quais grande maioria tratava da história da França.

Situação que persistirá até o início dos anos 30, evidenciando de “*maneira caricatural o culto dos ídolos que François Simiand questiona*” (DOSSE, 2003, p. 61).

François Simiand (1873-1935), em livro publicado em 1903, *Méthode historique et science sociale: étude critique d'après les ouvrages récents de M. Lacombe et M. Seignobos*, teceu crítica ao culto dos três ídolos - político, individual e cronológico – que fora professado pelos historiadores da história cívico-nacional. O ídolo político implicava a predominância dos fatos políticos e a preocupação com as guerras, dando-lhes verdadeira precedência ontológica (SIMIAND, 2003, p. 111). Quanto ao segundo, dizia respeito à assunção de que a organização e a condução das pesquisas enfatizavam fatos ligados a uma personalidade particular, marginalizando o papel das instituições e dos fenômenos coletivos. (SIMIAND, 2003, p. 112). Por fim, o ídolo cronológico tratava de que, perdidos na busca das origens, os historiadores cientistas concebiam a história como um relato sequencial ininterrupto (SIMIAND, 2003, pp. 113 e 114).

É exatamente a partir de tais críticas, ao político, ao factual e ao cronológico, que dois historiadores franceses, Lucien Febvre (1878-1956) e Marc Bloch (1886-1944), promoveram uma verdadeira revolução na historiografia, ao abandonar a narrativa política e focar sua atenção nos eventos coletivos, sociais e econômicos. Foi na cidade de Estrasburgo, capital da Alsácia, reconquistada na Primeira Guerra Mundial, que os dois historiadores, ao longo da década de 1920, desenvolveram um trabalho que propiciaria novos rumos para a historiografia francesa e mundial. Ambos haviam sido designados para assumir postos na Universidade de Estrasburgo, alçada, então, em função da sua geografia, a uma condição estratégica pelo governo francês (DOSSE, 2003, p. 72). Em grande medida, a cidade já guardava atmosfera dual devido às várias escaramuças entre França e Alemanha e às consequências sofridas em decorrência delas. Atmosfera que pode muito bem ser representada pelo Monumento aos Mortos, localizado na Praça da República, onde se vê a escultura de uma mãe alsaciana, cujos braços sustentam dois filhos mortos, um lutando pela França e outro pela Alemanha. Imersos nesse clima, Bloch e Febvre, ocupando salas contíguas, tiveram encontros diários, compartilhando suas preocupações com a escrita da história, e não só entre eles, mas também com professores de outras áreas, psicologia e sociologia, por exemplo (BURKE, 1997, p. 27).

Naquele ambiente repleto de preocupação acerca dos limites da narrativa histórica, entre trocas de ideias e propostas metodológicas para efetivação de pesquisa interdisciplinar, ocorreu a descompartmentalização política da história. Os trabalhos de Bloch, *Os Reis Taumaturgos*, de 1924, e de Febvre, *A religião de Rabelais*, que seria publicado em 1942, foram produtos de tais preocupações. Ambos tratam de fenômenos sociais de representação coletiva, fenômenos que foram designados como psicologia coletiva e psicologia histórica, respectivamente por Bloch e Febvre (BURKE, 1997, p. 31). Além disso, suas concepções de pesquisa histórica não se limitavam às abordagens decorrentes da periodização das narrativas convencionais. As datas, os reis e os governos passam, e as representações coletivas duram no tempo. Em outras palavras, as manifestações da ordem política apresentam existência efêmera diante da perenidade das mentalidades e identidade sociais.

Portanto, visando a superação dos parâmetros da periodização da história política, estabeleceram questionamentos diante do delineamento do tempo, surgindo assim a percepção da longa duração. Ademais, a preocupação centrada em fenômenos coletivos propiciou a relevância do mundo da economia e do social, os quais haviam sido aliados da história metódica do período anterior. Decorrente dessa nova concepção historiográfica, em janeiro de 1929, foi lançada a revista que acolheria a produção intelectual do grupo, cujo nome tem servido para designá-lo até as discussões do presente: *Annales d'histoire économique et sociale*. A grande diferença desse novo modo de fazer história consistiu em elaborá-la a partir de um problema propriamente, uma questão social, um aspecto coletivo, e que pode envolver condicionantes estruturais, ou seja, forças coletivas que não se reduzem à cronologia dos fatos. Por essa razão, apresentam um plano temporal próprio, contínuo e durável. Os fatos passam e essas forças coletivas permanecem. Logo, não mais o factual, o episódico, o *événementielle*, como fora designado por Simiand, não mais o político, mas o estrutural, o social, o econômico, enfim, o coletivo.

Nos anos 30, a dupla deixou Estrasburgo a caminho de Paris. Ambos assumiriam postos de relevância na vida intelectual e acadêmica da França (BURKE, 1997, p. 37). A Segunda Guerra levou Marc Bloch. Entretanto, após o seu desfecho, Lucien Febvre alcançou de fato o poder, transformando os *Annales* na visão hegemônica da escrita da história, ao participar da reorganização da *École Pratique des Hautes Études*, e se tornando o representante francês junto à UNESCO. Nesta, assumiu a responsabilidade de organização de uma coleção sobre a História Cultural



e Científica da Humanidade (BURKE, 1997, 42). De um grupo marginal e herético, os *Annales* transformaram-se em uma verdadeira igreja ortodoxa cuja extensão é marcada por importância não alcançada pelo grupo anterior.

Herdeiro do legado de Febvre, Fernand Braudel (1902-1985) foi o responsável não só pela consolidação da hegemonia dos *Annales*, mas também pela marginalização de outras correntes que também contribuíram para a discussão historiográfica. No momento de criação dos *Annales*, em 1929, Braudel tinha vinte e sete anos e trabalhava, desde 1923, como professor em uma escola na Argélia, onde ficou até 1932, quando veio para o Brasil a fim de lecionar na Universidade de São Paulo, retornando, então, em 1937 (BURKE, 1997, p. 46).

Objetivando dar tratamento precedente ao contexto em que se encontram os indivíduos, Braudel torna-os insignificantes. “*A história dos eventos, ele sugere, embora ‘rica em interesse humano’, é também a mais superficial*” (BURKE, 1997, p. 47). Para Braudel, fazia-se necessário tomar consciência da pluralidade de tempos que deveriam ser percebidos pelo historiador. “*Quer se trate do passado, quer da atualidade, uma consciência nítida desta pluralidade do tempo social é indispensável a uma metodologia comum das ciências do homem*” (BRAUDEL, 1965, p. 263).

Portanto, Braudel chamava a atenção para uma perspectiva que levasse em conta temporalidades distintas. A factual, a cíclica e, sobretudo, a longa duração, quase imutável, de ritmos lentos e profundos em que se dilui e se dispersa o fato político. No plano da longa duração, a história torna-se despolitizada, no sentido em que se dissipa a iniciativa dos homens de Estado. O tempo breve, para ele, que trata do cotidiano, é o tempo das ilusões, “*do jornalista*” e das “*rápidas tomadas de consciência*” (BRAUDEL, 1965, p. 264).

Depois de dez anos, desde que havia conhecido Lucien Febvre, Fernand Braudel assumiu, em 1947, a direção da Revista dos *Annales*. Um novo nome já vigorava, desde o ano anterior, com a seguinte designação: *Annales: économies, sociétés, civilisations* (DOSSE, 2003, p. 151). No pós-Segunda Guerra, fundos de instituições americanas iriam financiar programas de pesquisa gerenciados por Febvre e Braudel. Com a reorganização institucional da academia francesa, ocorreu a profusão de campos de estudo que passaram a ser designados como ciências. Assim, os *Annales* tiveram a oportunidade de se institucionalizarem, projetando-se via criação de universidades, escolas superiores e seus departamentos, programas de bolsa e fundos de pesquisa (DOSSE, 2003, p. 194).

Entretanto, nesse processo, não poderiam deixar de ocorrer, por um lado, relações e vínculos de lealdade, e, por outro, antipatias, rejeição e desprezo. Na dinâmica da superação da condição herética, passando para a posição hegemônica, o grupo dos *Annales* acabou por deixar de lado alguns processos em curso no âmbito da crítica do fazer a história. A interdisciplinaridade primordialmente proposta pelos *Annales* foi perdida ao longo da sua ascensão e não abriu espaço e oportunidade para outras formas de questionamento e empreendimento historiográficos. Dentro desse quadro, importante para o estudo das relações internacionais, um caso que deve ser lembrado diz respeito às reflexões da filosofia crítica de Raymond Aron (1905-1983) acerca do conhecimento histórico, as quais foram marginalizadas, ainda nos anos de 1930, por parte dos autores dos *Annales*, (BAVEREZ, 2006, p. 173). Posteriormente, no pós-Segunda Guerra, dentro da produção da história envolvendo as questões internacionais, houve, da parte de Braudel, o despreço deliberado do enfoque historiográfico de Pierre Renouvin (1893-1974), que viria a ser reconhecidamente o fundador da História das Relações Internacionais (FRANK, 2003, p. 43).

Renouvin foi verdadeiramente um sobrevivente da Primeira Guerra Mundial, testemunhando, juntamente com aqueles de sua geração, o declínio da Europa nas questões mundiais. Sem sombra de dúvida, para ele importava em tais questões o papel das mentalidades, dos sentimentos de diferenciação em relação ao outro, e que parametrizavam o espectro de opções no campo da política exterior. De forma que propunha e experimentava novas explicações, novas causações, as quais fundaram a História das Relações Internacionais (SARAIVA, 1997, p. 19). Portanto, Renouvin advogava outra dimensão de crítica aos limites da história tradicional, a qual, estando alicerçada nas ações das chancelarias, conformava as narrativas de uma história diplomática com perfil cívico e patriótico e que “*fora insuficiente para explicar as catástrofes do século XX, as relações entre a guerra e a paz e o diálogo dos homens de Estado com a sociedade nas relações internacionais*” (SARAIVA, 1997, p. 21).

Diante desse tipo de história, decorrente de modelos historiográficos desenvolvidos no século XIX, Renouvin sustentava que “*para compreender a ação diplomática, é preciso procurar penetrar as influências que lhe orienta o curso*” (RENOUVIN & DUROSELLE, p. 6. 1967). Para ele, “*as relações entre os governos cessam de ser o centro de interesse; aquilo que importa é a história das relações entre os povos*” (RENOUVIN apud FRANK, 2003, pp. 42 e 43). Entretanto, não desconhecia o papel do Estado nas explicações das questões internacionais, mas defendia que a exclusividade dessa

abordagem não permitia o desenvolvimento de considerações acerca das “*relações estabelecidas entre os povos e entre os indivíduos*” e suas “*manifestações de simpatias ou de antipatias*” (RENOUVIN & DUROSELLE, 1967, p. 5). Indubitavelmente, sua inspiração girava em torno da prática historiográfica dos *Annales*. Contudo, suas preocupações tinham por centralidade não necessariamente as questões de ordem econômica e ordem social, como haviam sido desenvolvidas por Bloch e Febvre, em que os elementos da ordem política tinham sido intencionalmente rejeitados. A perspectiva de Renouvin levava em conta as questões direcionadas ao campo da política como produto da influência das mentalidades, sobretudo nas decisões que correspondiam aos fenômenos internacionais. (FRANK, 2003, pp. 43 e 44).

Todavia, em seu primeiro livro, *Les origines immédiates de la guerre*, de 1925, Pierre Renouvin redigiu um trabalho bem diverso das bases que pensaria nos anos de 1930 e, posteriormente, assumiria como uma nova forma de explicação para História das Relações Internacionais (PROST, 2013). Mas o título já deixava transparecer sua preocupação em termos do recorte temporal. Ora, se há origens imediatas, é porque também há origens mais profundas.

A principal contribuição teórica de Renouvin para o entendimento da História das Relações Internacionais pode ser encontrada em seu livro de 1934, *La crise européenne et la Première Guerre mondiale*. Trata-se da expressão “*forças profundas*”, com a qual intentava caracterizar um aspecto da mentalidade coletiva na causação da Primeira Guerra, representado pelo sentimento nacional (FRANK, 2003, p. 43). Posteriormente, em 1964, apontou com mais detalhes, em *Introduction à l'Histoire de Relations Internationales*, a definição da expressão, ao dizer que no estudo das forças profundas, embora de difícil responsabilidade, não se pode declinar de avaliar criticamente o impacto das “*formas do sentimento nacional ou as relações entre o nacionalismo e o sentimento religioso*” (RENOUVIN & DUROSELLE, p. 8, 1967). Nesse empreendimento, contou com o auxílio inestimável de Jean Baptiste Duroselle (1917-1994), cuja vivência nos estudos americanos acerca do processo decisório trouxe sensibilidade para o papel do homem de estado e suas escolhas (FRANK, 2003, p. 43).

Renouvin e Duroselle, por questões pessoais e institucionais, afastaram-se do grupo dos *Annales*. Embora as relações entre Renouvin e Braudel fossem muitas vezes pautadas por vaidades pessoais, aquele não deixou de reconhecer os avanços da visão da história baseada nos fenômenos coletivos, na psicologia histórica e nas

mentalidades. Todavia, não se dispôs, juntamente com Duroselle, a recusar o papel do homem nas decisões que concernem ao mundo da política, o qual havia sido profundamente marginalizado tanto por Bloch e Febvre quanto por Braudel (FRANK, 2003, p. 43).

Indubitavelmente, as reflexões de Renouvin e Duroselle chegaram ao Brasil pelas mãos do Professor Amado Luiz Cervo. Preocupado com a ascendência das visões anglo-saxãs sobre as formas de análise, estudo e ensino das relações internacionais no Brasil, as quais ainda reverberam visões majoritariamente dentro desse viés, Amado Cervo entrincheirou-se epistemologicamente, fazendo uso, em um verdadeiro sentido antropofágico oswaldiano, do enfoque dos dois professores franceses de História das Relações Internacionais. É visível, na diversidade de seus trabalhos, a defesa e a utilização de conceitos que remetem à ideia de forças profundas, ou seja, mentalidades e sentimentos de coletividade que se impõem às decisões tomadas no âmbito do processo decisório da política exterior brasileira.

Nas páginas introdutórias do seu livro de 1981, *Parlamento brasileiro e as relações exteriores (1826-1889)*, é possível observar essa influência ao deixar claro que, em seu desenvolvimento, foi evitada “a reconstrução factual da História das relações exteriores do Brasil”, e ainda teve como objetivo “desmistificar o personalismo das decisões e fatos históricos em regime representativo” (CERVO, 1981). Ao apresentar consideração dessa envergadura, ou seja, com a obrigação de afastar a cronologia dos eventos e a dimensão da voluntariedade nas decisões dos indivíduos, parece razoável notar que sua inquietação gira em torno de não só fazer uma história distinta da história episódica, mas também pensar os condicionantes das decisões de política exterior, em conjugação, por conseguinte, com as visões de Renouvin.

Suas preocupações de ordem metodológica com a História das Relações Internacionais do Brasil estão presentes no livro *O desafio internacional*, de 1994, cuja organização coube ao próprio Amado Cervo. Em seu primeiro capítulo, aponta que as relações internacionais do Brasil, quando são pensadas em termos de “bases conceituais ou explicativas”, foram movidas por um “pensamento sem teoria”. Porém, reconhece que o “pensamento brasileiro acerca das relações internacionais” teve em sua composição algumas vertentes distintas: intelectuais, meio político e diplomático, entre outros (CERVO, 1994, p. 17). É interessante observar quem, ao longo do texto, Cervo explora a caracterização da formação das referências no plano das ideias para esses grupos. Autonomia, nacionalismo e desenvolvimento foram compondo o

conjunto de termos que deram os parâmetros para as decisões ligadas ao campo externo brasileiro. Pensamento sem teoria, é verdade, porém, coberto pelas forças mentais que regem os condicionantes analíticos e decisórios.

Em um de seus livros indubitavelmente mais celebrados, *História da política exterior do Brasil*, de 1992, cuja autoria foi compartilhada com o Professor Clodoaldo Bueno, as primeiras páginas deixam clara a influência sobre o trabalho.

O historiador transita, constantemente, das condições objetivas, estabelecidas pelas forças profundas, aos fins da política, passando pela análise das decisões de Estado [...]. Com efeito, é no processo decisório que se digere a causalidade histórica (CERVO & BUENO, 1992, p. 10).

Não há dúvida de que estão declaradamente presentes nessa obra, que tem sido proficuamente usada tanto no ensino como no estudo da História das Relações Internacionais do Brasil, a concepção de forças profundas e sua relação causal com o processo decisório.

Mas a análise, perscrutando sentimentos e referências coletivas que influenciaram os tomadores de decisão no campo das relações internacionais do Brasil, não esgota a condição do intelectual engajado. De forma que, consciente do papel das referências conceituais e teóricas que alimentam os parâmetros das mentalidades, ou seja, da relação de causalidade entre forças profundas e processos de decisão, Cervo, em *Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros*, livro de 2008, propõe, ao que parece, senão construir, pelo menos sistematizar, o arcabouço conceitual a fim de estabelecer as referências determinantes não só para o estudo e o ensino da História das Relações Internacionais do Brasil, mas, sobretudo, para aqueles que participam do processo decisório. Dessa maneira, elabora os recursos lexicais necessários para condicionar um modelo próprio e autônomo de atuação brasileira no plano internacional.

As relações internacionais compreendem três categorias de agentes: a diplomacia, o governo com sua política e a sociedade com suas forças. Esses agentes das relações internacionais se relacionam entre si de forma a se poder vislumbrar um esquema de influências recíprocas (CERVO, 2008, p. 11).

Ao longo do desenvolvimento do estudo das relações internacionais, a disciplina que tem por foco o objeto histórico ganhou mudanças epistemológicas significativas, as quais demandaram a revisão de sua nomenclatura. A partir da

História da Diplomacia, assentada nas ações das chancelarias, passando pela História da Política Exterior que adiciona a atuação de outros agentes públicos, chega-se então à História das Relações Internacionais a qual recepciona os três agentes sociais fundamentais apresentados por Amado Cervo. É claro que a História Diplomática tem seguido seu próprio curso pelo fato, sobretudo, de que a abertura dos arquivos de guerra tem permitido analisar as “*atividades dos Estados e dos governos, incorporando novas problemáticas e recursos documentais*” (SANTOS, 2005, p. 14). Entretanto, a História das Relações Internacionais coexiste com um aspecto relativamente novo do estudo das relações internacionais, ou seja, a questão da cultura e das ideias. Aqui, cabe destacar que “*no nível mais fundamental, ideias dizem respeito ao universo de possibilidades de agir*” (MARTINS, 2007, p. 15). Logo, da constatação de que as ideias constituem elemento importante para a composição das referências ligadas às mentalidades, tanto dos tomadores de decisão, como dos intelectuais e da opinião pública, Amado Cervo propõe, então, os fundamentos que servirão de base para não só a apropriação discursiva, mas também, para ação concreta da inserção internacional brasileira. Não há como deixar de notar, mesmo que de forma especulativa, que Amado Cervo elaborou aspectos basilares que, inclusive, já foram integrados às forças profundas e, portanto, já marcam, e ainda marcarão, as causalidades das relações internacionais do Brasil. Declaradamente, para ele não basta ser uma testemunha de gabinete, é preciso participar de alguma forma. Vê-se, portanto, que abandonou a mera condição de espectador e analista, e assumiu o engajamento intelectual, próprio da coragem dos grandes mestres.

Em uma visão incauta e superficial, poder-se-ia pensar que o engajamento e a defesa dos alicerces conceituais de um modelo de inserção internacional autônoma estejam retomando, em alguma dimensão, as noções de história cívica e política do século XIX. Todavia, é preciso ter prudência e algum grau de meticulosidade, pois é observável que as condições de análise, entendimento e suporte teórico são evidentemente distintas. Logo, os propósitos são diametralmente diferentes. Se, no século XIX, o interesse nacional representava o interesse do Estado, em termos dos seus operadores, burocratas e diplomatas, no século XXI, Amado Cervo propõe concepção nacional de caráter societário, em que as forças que envolvem a atuação internacional se fundam na diversidade da sociedade brasileira. Mais diretamente, pode-se dizer que navega das relações internacionais interestatais para as relações internacionais intersociais.

Se, por um lado, há patente conexão entre a postura epistemológica e ontológica de Amado Cervo e a visão de Pierre Renouvin, o que indica, por conseguinte, evitar a história política factual e intentar abarcar as correlações causais no plano das ideias, por outro, ao verificar a profusão dos cursos de Relações Internacionais no Brasil, a evolução da historiografia no campo, tão importante para subsidiar o entendimento e o ensino das ações brasileiras no sistema internacional, tem sido deixada de lado ou mitigada. Professores advogados, filósofos, geógrafos, politólogos, economistas e mesmo bacharéis em Relações Internacionais, desconhecendo a história da História das Relações Internacionais, sua origem e dinâmica, suas influências, mentalidades e resistências, inadvertidamente assumem a narrativa política, factual e cronológica, e acabam por cair na armadilha do interesse nacional do Estado monolítico. Contudo, esse cenário aos poucos vai se alterando à medida que as concepções renouvianas introduzidas por Amado Cervo vão ganhando capilaridade e sustentando os embates metodológicos da disciplina.

### **Referências**

- BAVEREZ, N. (2006). Raymond Aron: un moraliste au temps des idéologies. Paris: Éditions Perrin.
- BRAUDEL, F. (1965). História e Ciências Sociais: a longa duração. Revista de História, Vol. XXX, nº 62, Abril-Junho, Ano XVI.
- BURKE, P. (1997). A Escola dos Annales (1929 – 1989): a Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP.
- CERVO, A. L. (2008). Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros: São Paulo: Saraiva.
- CERVO, A. L. (Org.). (1994). O desafio internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- CERVO, A. L.; BUENO, C. (1992). História da política exterior do Brasil. São Paulo: Editora Ática.
- CERVO, A. L. (1981). O Parlamento brasileiro e as relações exteriores (1826-1889). Brasília: Ed. da Universidade de Brasília.
- COX, R. W. (1981). Social forces, states and world orders: beyond international relations theory. Millennium – Journal of International Studies; 10; 126.
- DOSSE, F. (2003). A História em Migalhas: dos Annales à nova história. Bauru: Edusc.

DUROSELLE, J. B. (2000). *Todo império perecerá: teoria das relações internacionais*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado.

FRANK, R. (2003). 'Penser historiquement les relations internationales' in *Annuaire français de relations internationales*, Vol. IV, pp. 42-65. Bruxelles: Bruylant. Disponível em: <http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/IMG/pdf/FD001267.pdf>. Acessado: 04/09/2012.

MARTINS, E. de R. (2007). *Cultura e poder*. 2ª ed. rev. e at. São Paulo: Saraiva.

RENOUVIN, P. ; DUROSELLE, J. B. (1967). *Introdução à História das Relações Internacionais*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.

SANTOS, N. B. dos. (2005). *História das Relações Internacionais no Brasil: esboço de uma avaliação sobre a área*. História, São Paulo, Vol. 24, nº 1, pp. 11-39.

SARAIVA, J. F. S. (Org.). (1997). *Relações internacionais contemporâneas: da construção do mundo liberal à globalização*. Brasília: Paralelo 15.

SIMIAND, F. (2003). *Método histórico e ciência social*. Bauru: Edusc.

VIGEZZI, B. (2000). 'Teóricos' e 'historiadores' das relações internacionais in DUROSELLE, J. B. *Todo império perecerá: teoria das relações internacionais*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado.

PROST, A. (2013). *1925: Renouvin et les origines de la première guerre mondiale*. Disponível em: [https://www.lemonde.fr/livres/article/2013/11/04/1925-renouvin-et-les-origines-de-la-premiere-guerre-mondiale\\_3507594\\_3260.html](https://www.lemonde.fr/livres/article/2013/11/04/1925-renouvin-et-les-origines-de-la-premiere-guerre-mondiale_3507594_3260.html). Acessado em: 18/07/2020.